O desastre de Alcácer Quibir e *O senhor do paço de Ninães*, de Camilo Castelo Branco

The disaster of Alcácer Quibir e O senhor do paço de Ninães, *by Camilo Castelo Branco*

Anamaria Filizola*

A fortuna crítica d'*O senhor do paço de Ninães*

Editado em 1867, *O senhor do paço de Ninães* é, em geral, estudado como pertencente à série dos romances históricos de Camilo. Jacinto do Prado Coelho na *Introdução ao estudo da novela camiliana* (1982) assim o discute, Alexandre Cabral no *Dicionário de Camilo Castelo Branco* (1988), no verbete em que apresenta o romance, também o faz e Maria Fernanda de Abreu, em artigo publicado na *Colóquio/Letras* (1991) retoma Jacinto do Prado Coelho para aprofundar a discussão.

Jacinto do Prado Coelho não atribui muitas qualidades ao romancista histórico. Afirma serem as obras camilianas desse gênero romances passionais cujas ações se desenrolam em determinados períodos históricos que funcionam como mero pano de fundo. São carentes de "cor epocal", ou seja, ambiente físico e social e detalhes do viver quotidiano.

Ao longo do seu clássico estudo, *O senhor do paço de Ninães* é citado muitas vezes para exemplificar outras tantas características da no-

* Professora de Literatura Portuguesa na Universidade Federal do Paraná

vela camiliana, como o "narrador cicerone", que estabelece um diálogo com o narratário, numa atitude expressiva da ironia romântica; as concepções de justiça divina e do autor; a dialética entre verdade e ficção; a questão do espaço e do tempo; o comportamento dos personagens; o tipo de enredo passional.

É interessante lembrar que o estudo de Jacinto do Prado Coelho procura chegar aos traços comuns identificadores do que possa ser a novela camiliana. Nesse sentido, a obra que aqui nos interessa não é marcada por qualquer particularidade que a distinguisse das demais.

Quanto ao tema histórico predominante, a saber, a participação do protagonista Rui Gomes de Azevedo na jornada de África e o que a derrota da batalha tem de motivadora dos rumos que sua vida vai tomar, este não merece maior atenção. Em momento algum Jacinto do Prado Coelho observa a temática sebástica, nem mesmo quando afirma que Camilo glosa "o velho tema do *Frei Luís de Sousa*, típico do Romantismo. O esquema da "fábula" é em grande parte o mesmo: longa ausência, regresso e *anagnorisis* espetacular."[1]

O artigo de Maria Fernanda Abreu questiona a afirmação do estudioso de que em *O senhor do paço de Ninães* é uma novela em que a história só tem papel secundário e demonstra que, ao contrário, esta tem papel determinante na economia da novela.

Embora a preocupação com a ficcionalização da história seja o fulcro do estudo, também Maria Fernanda de Abreu não sublinha o caráter sebástico da novela, embora chame a atenção do leitor para o pessimismo de Camilo com relação a Portugal, pois o autor interpreta a derrota no Marrocos como a expiação de erros que se somam desde a tomada de Ceuta.

Pode-se considerar que nos dois estudos os objetivos sejam bastante específicos: a novela camiliana como um todo, o estudo da novela histórica camiliana. No entanto, pode-se aludir à atitude comum a ambos os estudiosos de não querer mencionar a matéria sebástica para que não se confunda com sebastianismo no seu sentido mais reducionista de passiva espera por um messias com poderes políticos.

De fato, Camilo Castelo Branco não foi sebastianista, assim como Almeida Garrett também não o foi, ainda que se afirme o contrário. Mas tanto um como outro se debruçaram – até mais de uma vez – sobre o que pode ser considerada a grande ferida narcísica da história de Portugal.

[1] COELHO, Jacinto do Prado. *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 2. ed. rev. e aum. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, v. 2. p. 36.

Camilo e a questão sebástica

Dada a profusão de escritos de Camilo Castelo Branco, é sempre temerário fazer afirmações quanto à exaustão de qualquer assunto por ele tratado. Isso é válido para os escritos relacionados ao tema do desastre de Alcácer Quibir. No entanto, há já uma lista considerável que mostra que o assunto interessou Camilo do começo ao fim de seus escritos: *Um episódio d'Alcácer Quibir*, publicado n'*O Nacional* (1848); *O senhor do paço de Ninães* (1867); *As virtudes antigas* (1868); "Problema histórico a prémio", in *Noites de insônia*, v. 1 (1874); "Traços de João III", in *Narcóticos* (1882); "Os jesuítas e a restauração de 1640", in *Bohemia do espírito*, (1886); "Alcácer Quibir", soneto publicado in *Nas trevas* (1890).[2]

Com relação aos estudos sobre o sebastianismo em geral e em especial no século XIX, não se pode elidir o nome de Oliveira Martins, por ter sido talvez o primeiro a dar a atenção que o assunto pedia tanto na *História de Portugal* (1879) quanto em *Portugal contemporâneo* (1881).

É neste último em que faz a afirmação de que o sebastianismo é o que melhor representa "o génio nacional". Aqueles que conhecem os principais textos sebásticos da primeira metade do século passado – quiçá do século todo – sabem que são em sua maioria interlocuções com as afirmativas de Oliveira Martins, para as aceitar ou refutar, com maior ou menor veemência. O que inexiste é a indiferença ao tratamento dado ao tema pelo autor de *Os filhos de D. João I*. Vejamos o que diz:

> ...Como obra de homens ficaram os trabalhos de erudição histórica de Herculano; ficou, para atestar o génio do artista Garrett, uma tragédia em que a tradição realmente o inspirou, o *Frei Luís de Sousa*...
> O *Frei Luís de Sousa* é a tragédia portuguesa, sebastianista. O fatalismo e a candura, a energia e a gravidade, a tristeza e a submissão do génio nacional, estão ali. Não é clássico, nem romântico: é trágico, na bela e antiga acepção da palavra: superior às escolas e aos gêneros, dando a mão, por sobre Shakespeare e Goethe, a Sófocles. Num momento único de intuição genial, Garrett viu por dentro o homem e sentiu o palpitar das entranhas portuguesas. Que ouviu? Um choro de aflições tristes, uma resignação heròicamente passiva, uma esperança vaga, etérea, na imaginação de uma rapariga tísica, e no tresvario de um escudeiro sebastianista.[3]

[2] Cf. OLIVEIRA, Vítor Amaral de. *Sebástica*. Bibliografia geral sobre D. Sebastião. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 2002.

[3] OLIVEIRA MARTINS. *Portugal contemporâneo*. 2. ed. Lisboa: Guimarães, 1953. p. 334-335.

Não cabe aqui comentar a pertinência do juízo de Oliveira Martins com relação ao drama de Garrett, mas não é possível identificar esses traços nos escritos de Camilo, em especial n'*O Senhor do paço de Ninães*.

O estudo do conjunto dos textos sebásticos de Camilo Castelo Branco está por se fazer, pois as referências aos dois mais citados, *O senhor do paço de Ninães* e *Virtudes antigas*, muitas vezes são equivocadas ou superficiais. A título de curiosidade, note-se que António Machado Pires, no seu *D. Sebastião e o Encoberto*. Estudo e antologia (1971), cita apenas o segundo título e o soneto "Alcácer Quibir". João Medina, no capítulo referente a D. Sebastião e ao sebastianismo em sua *História de Portugal* também só alude a *Vícios e virtudes*, chamando a atenção para a indevida atribuição da autoria do *Sermão das Exéquias* de D. Sebastião a frei Miguel dos Santos. Essa questão igualmente merece um estudo à parte, mas por ora cabe ressaltar que em *O senhor do paço de Ninães*, publicado um ano antes, a autoria está correta, ou seja, atribuída ao jesuíta Luís Álvares. Pode-se concluir que o também autor do verbete "Sebastianismo" no *Dicionário de literatura portuguesa*, organizado por Álvaro Manuel Machado, desconheça o enredo da novela publicada em 1867... No único volume dado a lume do *Dicionário do milénio lusíada*, de Manuel J. Gandra, há um verbete alusivo ao padre Luís Álvares em que Camilo é novamente citado, ao lado de Pinheiro Chagas,[4] como tendo afirmado que a autoria equivocada em *O senhor do paço de Ninães*.... quando o fez, de fato, nas *Virtudes*.

Parece-me mais que justificada a pertinência de discutir a novela de 1867 na série sebástica e vou copiar de Maria Fernanda de Abreu o próximo subtítulo.

"Antes vá Rui para África do que para Ninães"

Esta afirmação do tio do protagonista, segundo a estudiosa, define o destino temático da novela: fosse Rui para Ninães, onde padeceria as dores de ter sido rejeitado por Leonor depois de longo idílio e promessas de casamento, a novela seria meramente passional, mas com a ida do rapaz para o Marrocos, define-se a novela como histórica. E como novela sebástica, acrescento eu.

[4] Antero de Figueiredo, em *D. Sebastião, rei de Portugal* (1554-1578) também afirma o frei Miguel dos Santos como sendo o autor do Sermão e faz referência a Camilo Castelo Branco.

O enredo tem sua ação situada entre 1576 e 1621. Na visita que João Esteves Cogominho (é quem vai lhe "roubar" a noiva) faz a Rui Gomes, as intenções do rei de ir ao Marrocos são conversadas pelo parente que vem de Lisboa e as respostas e comentários de Rui são definidoras de seu caráter, o que ajudará o leitor a avaliar as mudanças de seu comportamento ao longo da narrativa. Filho de um "bravo guerreiro de Mazagão", Rui é avesso às armas: "Minha mãe mandou fazer foucinho das espadas de meu pai, e fez bem" (p. 33).[5] E adiante acrescenta: "Minha mãe é para mim a pátria. Ela não me quer soldado" (p. 34).

O que pode parecer atitude de filho piegas e/ou pusilânime é, na verdade, uma tomada de posição a favor da terra, no sentido de rural, agrícola, e contra a expansão ultramarina. Pode-se agrupar em torno da figura da mãe a casa, a terra e ligá-las a uma certa imagem pastoril da pátria, em oposição a outro grupo, ligado ao pai, à viagem, a terras alheias e distantes, que tem a ver com uma imagem épica porque bélica e conquistadora de uma outra pátria que também é outro lado da moeda da pátria pastoril. No encontro com João Esteves, Rui retruca a afirmação de que parece romano em suas atitudes:

> – Português, sequer, e muito é já sê-lo da casta de nossos avós, que por aqui se remiram com estes mesmos tesouros e perderam a paz d'esta rude abundância quando a trocaram pela glória da Índia. Repara n'estas grossas paredes. Sabes que homens aqui viveram? Os filhos e os netos dos que largavam a lança e vinham pegar-se ao arado. Eles ganhavam o torrão que lavraram; e nossos pais ganhavam cidades distantes a milhares de léguas, arrasavam-nas a fogo, reedificavam-nas sobre ossadas portuguesas e lá as têm até que o ventar da fortuna esquerda as derrube (p. 37).

Ir para a África com o rei e não para Ninães, para além de definir os rumos da novela, joga Rui Gomes para as lides bélicas pela expansão do reino em terras africanas e pelo direito ao trono de D. António, Prior do Crato e para as lides comerciais em Ásia. Todavia, esta mudança que não foi de sua livre escolha nunca será assumida como uma adesão "à vã cobiça" ou "à glória de mandar". Uma vez que perde a mãe, a qual tinha vendido as terras no Minho para pagar o resgate do filho prisioneiro em África, não há mais a possibilidade de retorno para a pátria pastoril.

[5] BRANCO, Camilo Castelo. *O senhor do paço de Ninães*. 3. ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1902. Todas as citações são desta edição.

Se o nome de Camões é associado às atitudes intempestivas do jovem rei D. Sebastião, como se aquelas tivessem sido emuladas pelos versos do vate, na história infeliz do paço de Ninães este também será evocado, mas justamente na passagem do Velho do Restelo, declamada pelo bispo do Porto, D. Ayres da Silva, antes da partida para África.

A QUESTÃO SEBÁSTICA

Acompanhar o rei na jornada de África é para os Azevedo uma questão de honra. Aos prantos inconformados de D. Tereza, mãe de Rui, lembra o sobrinho, almirante D. António de Azevedo:

> ... Os Azevedos são tão ricos das tradições, que desprezam a recompensa dos que hoje as dão e servem os que noutros tempos as deram. Nós e os que foram conosco no Val da Matança, em Ourique, em Aljubarrota, em Diu, e Malaca, fizemos e seguramos a coroa na testa dos reis; agora, corre-nos o dever de sustentar o feito pelo que ele é e não pelos descendentes daqueles a quem o fizemos. Quando a Portugal volver outro D. João II, cruzaremos os braços; e, ao soarem os anafis da Mauritânia aí às portas de Belém, vamos do alto de Valverde e Santa Catarina ver como as flâmulas dos reis africanos campeiam desfraldadas por esse Tejo acima. Por ora, não. Ajudemos os espíritos do rei moço, que tem fada benigna a segredar-lhe destinos assombrosos. (...) Tanto prantear que aí vai! Não é somente minha tia que se carpe. Espantoso abastardamento de condição portuguesa! Como se não saísse de Sagres Bartolomeu Dias para os confins da África e de Restelo Vasco da Gama para o Oriente... (p. 95)

Há uma tradição posta em causa que precisa ser mantida: "Ajudemos os espíritos do rei moço", diz o almirante.

Na novela de Camilo, a batalha de Alcácer Quibir ocupa poucas páginas. O narrador parte do princípio que o leitor conhece sobejamente o sucedido. Diz: "Andam em mãos de todos as descrições minuciosas da batalha de Alcácer-Kibir" (p.105). Mas os comentários que faz são importantes para que se avalie o posicionamento do autor sobre assunto tão polêmico. Além de considerar a batalha a expiação de erros que começam na tomada de Ceuta, como já comentado, e não apenas fruto do "doudo providencial" como muitos querem supor, Camilo refere a derrota como fora da série de batalhas que se acreditaram vencidas com a ajuda divina:

> Tão desamparados do céu e dos santos, que ninguém viu braço com asa de S. Miguel, nem montante de S. Tiago nem espada de S. Jorge! Aquilo foi um batalhar todo de homens, um desastre bem discutido, bem verificado, estreme e liso, depurado e limpo de milagres para poder entrar na história sincera, sem que os Herculanos hajam de encendrá-lo no crisol da crítica. (...) Portugal naquele dia não teve por si Deus nem Satanás. (p. 106)

Em seguida ao relato da batalha, no mesmo capítulo, o narrador-cicerone leva seu leitor para os Jerónimos, para ouvir o *Sermão das Exéquias*, de autoria do jesuíta Luís Álvares, inédito até então, segundo esclarece Camilo em nota de rodapé. São citados poucos trechos. Mais extensa será a transcrição que aparecerá no ano seguinte, em "O frade que fazia reis", uma das narrativas de *Virtudes antigas*. O discurso reforça a idéia de que o insucesso do empreendimento do rei é expiatório dos erros de todos. Cito a passagem mais famosa:

> ...Pois quem vos matou, meu formoso? (...) Matou-vos o bispo, matou-vos o clérigo, matou-vos o frade, matou-vos a freira, matou-vos o grande, matou-vos o pequeno, matou-vos o privado, matou-vos o baixo, matou-vos o povo, matei-vos eu, matamo-lo todos quantos somos; pois entre nós não houve um tanceiro que lhe tivesse mão pela rédea, como se fez a outro rei deste reino. (p.110-111)

Depreende-se que não seria a volta do rei desaparecido na batalha a solução para os problemas que se lhe seguem. Não há, para Rui Gomes de Azevedo, remédio para o reino que possa vir com o retorno do rei. Isso não é sequer considerado ao longo da novela.

Ao contrário, Rui Gomes se junta ao exército de D. António, Prior do Crato. Não por instinto bélico, como já dito, ou por crer em boas qualidades de que carecia o Prior. Mas por ser ele um candidato tão legítimo ao trono como seu primo, Filipe II. Desanimado face aos atos indignos cometidos por D. António ao longo de suas campanhas, diz-lhe o primo, D. João de Azevedo: "Não desampares este desgraçado" (p. 129).

As lutas do Prior do Crato são o lado mesquinho da questão sebástica no que respeita a sucessão ao trono de D. Sebastião. A começar pelo fato de ser filho bastardo do Infante D. Luís, filho de D. Manuel, e de o Cardeal D. Henrique não lhe reconhecer esta paternidade. Descendente legítimo ou não, ele poderia ser a solução para que o reino não ficasse nas mãos de Castela. No entanto, ele é o Indesejado. Portugal não o quer para rei. Os quatro falsos D. Sebastião são mais empolgantes do que ele, pois

não destoam do caráter monumental que toma a história sebástica e seus desdobramentos.

Depois da morte do Prior, Rui vai para Goa e Ceilão onde presencia atitudes as mais degradantes de governantes portugueses. O protagonista vive aí o avesso das glórias épicas.

Voltemos à aproximação a *Frei Luís de Sousa*, como propõe Jacinto do Prado Coelho. O que os aproxima, segundo ele, é, sobretudo, a *anagnorisis*: a volta e o reconhecimento do retornado. Lembremos que no drama garrettiano o retorno tanto de D. Sebastião como de D. João de Portugal é desejado por Telmo. O aparecimento do marido de D. Madalena provoca tantas conseqüências funestas que não é possível pensar o drama como exemplo de sebastianismo.

Na novela camiliana, a *anagnorisis* se dá duas vezes, uma ao criado fiel, Vasco, e outra mais ao final da narrativa passional: Rui volta ao Minho e se dá a reconhecer a Leonor, viúva e louca. A demente, que vivia à espera da volta do antigo amado, roída de remorsos e arrependimentos, ouve as palavras de perdão do primo e pode enfim descansar e morre. Estão ambos velhos. Nos dois encontros, todos ficam satisfeitos. São histórias pessoais que se completam. Os que se julgavam mortos (Rui e Vasco), estão vivos. A demência de Leonor causa piedade a Rui.

O retorno de Rui Gomes é tão disfórico quanto foi sua vida depois que Leonor rompe com ele. A volta à casa decadente é emblemática da impossibilidade de se voltar à vida pastoril de outrora. Não há mais harmonia entre Rui e a terra, não há mais a mãe, não há mais esta pátria de pastores, só a de viajantes, que não serão mais os mesmos homens que partiram um dia.

RESUMO

Escrito em 1867, este pouco citado romance histórico de Camilo evoca o enredo de *Eurico, o presbítero*, de Herculano, em que se entrelaçam o amor impossível e a defesa da integridade da pátria. Ruy Gomes de Azevedo, vitimizado por um amor infeliz, acompanha D. Sebastião na jornada de África, sobrevivendo à derrota. As atitudes e os atos do protagonista, a partir de seu retorno a Portugal, são marcados pelo aniquilamento da vontade pessoal, por um lado, e por um profundo senso de coerência ético-política, por outro. Em *O senhor do paço de Ninães* o paralelo entre uma vida que teve seus planos frustrados e modificados em função do amor fracassado e a da pátria e colônias, depois do desastre de Alcácer Quibir, oferece uma interpretação bastante singular do reinado de D. Sebastião e

dos tempos filipinos. Interessa aqui analisar a postura de Camilo quanto ao traumático episódio de 1578 e suas conseqüências, pois o romance se enquadra na série sebástica sem ser sebastianista.

Palavras-chave: *Camilo Castelo Branco;* O senhor do paço de Ninães*; D. Sebastião; romance português.*

ABSTRACT

Written in 1867, this little referred Camilo Castelo Branco's novel evokes the plot of Alexandre Herculano's *Eurico, o presbítero*, where impossible love is mixed with the defense of the country's integrity. Ruy Gomes de Azevedo, a victim of unhappy love, follows D. Sebastião in his journey to Africa, and survives the battle. This leading character attitudes from his return to Portugal on are marked by the annihilation of personal will, on one side, and a deep sense of ethical-political coherence, on the other. In *O senhor do paço de Ninães* the parallel set between a life plan that was frustrated and modified due to a failed love and that of the country and collonies, after Alcácer Quibir's bust, offers a quite singular interpretation of D. Sebastião's reign as well as the filipine times. Camilo's view of the 1578 traumatic episode and its consequences will be analysed in this article, since his novel fits in the sebastic context without being sebastianistic.

Key-words: *Camilo Castelo Branco;* O senhor do paço de Ninães*; D. Sebastião; portuguese novel.*

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Fernanda de. Alcácer Quibir, a batalha expiatória. Para o estudo da novela histórica de Camilo Castelo Branco. *Colóquio/Letras,* Lisboa, n. 119, p. 89-103, 1991.

BRANCO, Camilo Castelo. *O senhor do paço de Ninães*. 3. ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1902.

CABRAL, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Caminho, 1988.

COELHO, Jacinto do Prado. *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 2. ed. (ref. e aum.) Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982. 2 v.

OLIVEIRA, Vítor Amaral de. *Sebástica*. Bibliografia geral sobre D. Sebastião. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 2002.

OLIVEIRA MARTINS. *Portugal contemporâneo*. 2. ed. Lisboa: Guimarães, 1953.

GANDRA, Manuel J. *Dicionário do milênio lusíada*. Impérios do divino, sebastianismo e Quinto Império. Lisboa: Hugin, 2003. v. 1.

PIRES, António Machado. *D. Sebastião e o Encoberto*. Estudo e antologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.